

Funaro: saída para dívida é negociar

No Senado, o ministro explicou o Cruzado II, descartou a moratória e se envolveu em um "bate-boca" com Roberto Campos

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O caminho para a solução do problema da dívida externa brasileira é a negociação e não a imposição de uma moratória unilateral. Esta foi a principal mensagem que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, transmitiu ontem ao Senado Federal, durante sessão especial, onde explicou as medidas do Plano Cruzado II.

Durante a sua exposição, de 50 minutos, e nos debates de uma hora e meia, quando o senador Carlos Alberto (PTB-RN) perguntou se atenderia o desejo de moratória do PMDB, Funaro deixou claro que a saída é a negociação. "A moratória é apenas a última etapa de um processo de estrangulamento e que o Brasil não está vivendo agora. Temos reservas de US\$ 5 bilhões absolutamente líquidas", afirmou o ministro.

Funaro ressaltou que a negociação da dívida com desenvolvimento da economia "é a posição do governo do presidente Sarney". E foi mais além, revelando que teve uma reunião, no último domingo, com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, onde chegou-se à conclusão de que o partido vai aprofundar o debate sobre a dívida externa, "mas que não tem a posição da moratória". Até ontem, a reunião com Ulysses estava sendo mantida sob sigilo.

A exposição de Funaro não empolgou e nem desagradou por inteiro os cerca de 40 senadores presentes ao plenário, ao contrário do último dia 5 de março, quando foi aplaudido de pé por mais de 250 deputados.

O debate tornou-se mais efervescente quando o senador Roberto Campos (PDS-MT) fez duras críticas contra a condução da política e os "quatro pacotes que o ministro Funaro nos fez engolir durante sua gestão no Ministério da Fazenda" (sic).

EXPOSIÇÃO

Em sua exposição, Funaro explicou aos senadores que o País tentará resolver a questão da dívida externa

através da negociação, mas não se submetendo a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a não ser o que está previsto no artigo 4º dos estatutos da instituição (visitas anuais de rotina sem monitoramento). Disse que mais que estabelecer esquemas de pagamento do principal e dos juros da dívida, "o País quer normalizar os fluxos, remetendo e recebendo recursos".

O ministro mostrou-se otimista em relação às negociações e a um parecer favorável do FMI no seu relatório anual, a ser divulgado breve-

Sobre o novo índice de apuração da inflação (Índice de Preços ao Consumidor restrito), o ministro voltou a utilizar o argumento de que o governo aumentou a desindexação da economia com o Cruzado, criando um índice de inflação mais justo, apenas para reajustes dos salários.

DEBATES

Apenas cinco senadores, de 17 inscritos, conseguiram formular questões ao ministro da Fazenda. Roberto Campos dirigiu nove perguntas e foi o único a utilizar o direi-

to contra a sua", respondeu Funaro. Mas o debate esquentou mesmo quando o senador, falando sobre sua gestão como ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, disse que havia dobrado a taxa de crescimento econômico. Funaro retrucou, observando que Campos havia trilhado um caminho diferente, gerando desemprego. Mas antes de terminar a frase, Campos interrompeu lembrando que havia "dobrado o crescimento". Respondeu Funaro: "À custa de 120 mil desempregados em seis meses". Após o debate, Campos afirmou que o ministro "perdeu também a credibilidade interna" e que seu depoimento não apresentar nada de novo.

JUROS

Os senadores Cid Sampaio (PFL-PE) e Jamil Haddad (PSB-RJ), entre outras questões, ressaltaram suas preocupações em relação às altas taxas de juros. Funaro respondeu que o processo é passageiro e está ligado à indefinição do mercado financeiro em relação a que índice de inflação utilizar. "Temos oito índices na praça atualmente", afirmou o ministro.

Funaro previu que esta indefinição será passageira. Durará apenas este mês, período em que o mercado absorverá as medidas do Plano Cruzado II. O ministro observou que as taxas de juros estão altas setorialmente. "Apenas para os CDBs. Os juros para a agricultura e descontos de duplicatas estão baixos e sob controle."

O quinto e último senador a interpellar Funaro foi Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Cardoso, antes de pedir para Funaro explicar melhor o caráter de redução de demanda do pacote econômico, dirigiu-se a Campos, pedindo que este aproveitasse o direito de réplica em todas as oportunidades em que ministros comparecessem ao Senado, "porque no passado não existia este direito".



Alencar Monteiro

O ministro falou 50 minutos e não empolgou os senadores

mente. Com base neste relatório, Funaro disse aos senadores que o Brasil retomará as negociações com os bancos credores e os países que integram o Clube de Paris.

Em relação às medidas do Plano Cruzado II, Funaro observou que o governo seguiu o caminho mais justo para tentar desaquecer a demanda, "taxar os gastos e não a renda". Ressaltou o caráter temporário de algumas medidas, como a elevação da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os automóveis, e afirmou que o Cruzado II "é muito pouco se comparado aos ajustes do passado, que geraram recessão e desemprego".

to de réplica. Criticou a desorganização da economia provocada pelo Plano Cruzado e seus ajustes. Destacou a crise cambial, a insegurança dos investidores e poupadore internos e externos em relação à alteração dos índices de inflação e o congelamento artificial de preços, a expansão da base monetária, e a falta de decisão do governo para desestatizar a economia.

O senador Campos chegou a duvidar da informação de Funaro, dando conta de que as reservas cambiais estão em torno de US\$ 5 bilhões ("Estamos vivendo num país de Pinóquios", afirmou). "É a minha palavra